



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681181 - SP (2021/0225073-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LUCIANO DE FREITAS SANTORO E OUTRO
ADVOGADOS : LUCIANO DE FREITAS SANTORO - SP195802
JULIA CRESPI SANCHEZ - SP392016
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFFERSON LUCAS (PRESO)
CORRÉU : JEFFERSON FABIANO LUCAS
CORRÉU : MARCOS JORGE DE OLIVEIRA COSTA
CORRÉU : MARCELO ANTONIO DIAS
CORRÉU : RENATO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
CORRÉU : ANDERSON DE OLIVEIRA FERNANDES
CORRÉU : LUCIANO MUNHOZ DA SILVA
CORRÉU : EVANDRO SANTOS DA LUZ
CORRÉU : ANDERSON ROGERIO RIBEIRO CAIS LIMA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFFERSON LUCAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Exceção de Suspeição n. 0022688-24.2021.8.26.0000).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal por parte do "Desembargador RENATO GENZANI FILHO, da C. Câmara Especial do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e. Relator da Exceção de Suspeição nº 0022688-24.2021.8.26.0000" (fl. 3).

Narra que opôs incidente de exceção de suspeição em desfavor da juíza que preside ação penal em seu desfavor (Processo n. 0017583-79.2016.8.26.0602), salientando, para tanto, que decisão do STF, no HC n. 187.035/SP, anulou o feito por reconhecer que ela sugestionou as perguntas das testemunhas e induziu respostas para corroborar a tese acusatória.

Agregou alegação de que a sentença fixou penalidade exorbitante e que agilizou o prosseguimento do feito sem extirpar os elementos anulados.

Neste contexto, alega que a não concessão de efeito suspensivo ao incidente

de suspeição causa constrangimento ao paciente, pois o processo segue com audiências marcadas para os primeiros dias de agosto.

Assevera que a concessão da ordem encontra amparo na manifestação do STF, onde teria ficado destacado "que a atuação da MM. Magistrada de piso nas audiências realizadas evidenciou parcialidade na condução processual pois, deliberadamente, vulnerou o sistema processual vigente para prejudicar o Paciente 'sugestionou' respostas das testemunhas, direcionando perguntas e formando dupla com o Ministério Público, com o evidente propósito de corroborar com a tese exposta na prefacial, ainda que apresentados elementos em sentido contrário" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja aplicado efeito suspensivo à Exceção de Suspeição n. 0022688-24.2021.8.26.0000.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque, conforme assentou o relator da exceção de suspeição, o incidente não tem efeito suspensivo, o que afasta a plausibilidade do direito em liminar no plantão.

Nesse sentido, cito precedente:

4. No âmbito penal, o art. 111 do CPP estabelece que "As exceções serão processadas em autos apartados e não suspenderão, em regra, o andamento da ação penal". A ausência de suspensão do Processo Penal pela simples oposição de Exceções é entendimento consolidado no âmbito dos Tribunais Superiores (HC 66.157, Rel. Min. Francisco Rezek, Segunda Turma, DJ 26.8.1988; HC 117.758/MT, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 13/12/2010; RHC 12.742/SP, Rel. Ministro Jorge SCARTEZZINI, Quinta Turma, DJ 25/2/2004, p. 188). (AgRg no MS n. 22.244/DF, relator Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe de 30/11/2016.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente